

## CAO-JÚRI

Edição n. 04/2021

CUIABÁ, 18 de maio de 2021.

## SUMÁRIO

<b>EVENTOS.....</b>	<b>2</b>
18 e 19/05: WEBINAR DEBATE ASPECTOS DA INVESTIGAÇÃO DE AGENTES DE SEGURANÇA PÚBLICA (MPMT e OAB/MT).....	3
31/05: "Direito e Gênero no Contexto de Atuação em Júris de Femicídio" (ESMP/MA).....	4
<b>BANCO DE PEÇAS MPMT: REMESSA DE PEÇAS DO TRIBUNAL DO JÚRI AO CAO.....</b>	<b>4</b>
<b>O NOVO CPP.....</b>	<b>5</b>
Direito da Vítima e Justiça Restaurativa é tema do 5º debate temático sobre a reforma do CPP.....	5
APMP e APAMAGIS: Webinar - Tribunal do Júri e o novo CPP.....	5
MPAC: "Execução Provisória no Júri: A Limitação (In) Constitucional da Pena em 15 anos".....	5
AMB envia nota técnica sobre PL que altera Tribunal do Júri.....	6
Presidente da CONAMP participa de audiência pública virtual sobre Tribunal do Júri.....	6
Associações do Ministério Público enviam estudo técnico ao relator da reforma do CPP.....	6
CONAMP lança cartilha "16 fatos que você não sabe sobre o novo CPP e que aumentarão a impunidade no Brasil".....	7
MPSC: Projeto do Novo Código de Processo Penal tornará mais difícil a condenação pelo Tribunal do Júri em casos de homicídios cometidos por facções criminosas e inviabilizará investigações de forças-tarefas.....	7
<b>DIREITOS DAS VÍTIMAS.....</b>	<b>8</b>
Direitos das Vítimas é tema de webinar realizado pelo MPMA.....	8
MPMS e Sejusp assinam Termo de Cooperação Técnica que visa acolher familiares de vítimas de homicídios em Campo Grande.....	8
Assistência a herdeiros e dependentes de vítimas de crimes: PGR reitera pedido para que lacuna legislativa seja sanada.....	8
CNMP: Em Pauta debate a atuação do MP na defesa dos direitos das vítimas.....	9
<b>NOTÍCIAS – MINISTÉRIO PÚBLICO e TRIBUNAIS.....</b>	<b>9</b>
TJSP rejeita pedido para anular júri que matou esposa por asfixia.....	9
CNJ: Tribunal do Júri inova para seguir julgando crimes dolosos contra a vida em meio à pandemia.....	10
Ex-marido que esfaqueou a juíza Viviane do Amaral fica em silêncio em audiência no Tribunal do Júri. .	10
TJSP confirma júri que condenou homem por tentar matar genro devido a ciúmes.....	11
TJSP confirma júri que condenou mãe de recém-nascido falecido após ser abandonado.....	11
MPDFT obtém condenação de tatuador no Tribunal do Júri de Samambaia.....	12
PM acusado de matar universitária em Cuiabá é denunciado pelo MPMT.....	12
MPMS: Dupla acusada pelo homicídio qualificado de casal de indígenas é condenada em Dourados....	12
CNJ: Juízes do Tribunal do Júri correm contra o tempo e impunidade de assassinos.....	13
TJ-PR isenta advogados de pagamento de multa por abandono de sessão do júri.....	13
I Oficina do Tribunal do Júri é encerrada após a realização de oito palestras.....	14
MPAC obtém decretação de prisão preventiva de acusado de homicídio e tentativa de feminicídio em Assis Brasil.....	14



## BOLETIM INFORMATIVO

TJMT mantém prisão de homem acusado de assassinar a sogra em Campo Verde.....	15
MPCE denuncia cinco pessoas por homicídio qualificado e organização criminosa armada, em caso de surfista e avô mortos em Fortaleza.....	15
Feminicídio: Advogado "enforca" colega em Júri que condenou Manvailer.....	15
MPPR: Júri de Guarapuava condena a 31 anos de prisão autor de feminicídio.....	16
OAB-PR vai apurar conduta de advogado que simulou esganadura de Tatiane Spitzner em colega durante júri em Guarapuava.....	16
Tempo de Justiça: MPCE denuncia acusado de feminicídio no bairro Bela Vista em Fortaleza.....	17
Negativa de autoria reconhecida no Júri pode retroagir para afetar demissão.....	17
TJMT nega habeas corpus a pecuarista acusado de assassinar esposa a tiros em Aripuanã.....	17
MPDFT obtém condenação de acusado de atropelar a companheira no Setor Mangueiral.....	18
<b>STJ.....</b>	<b>18</b>
STJ: Ministro mantém suspensão progressão de regime para condenado pela morte da jovem Eloá.....	18
STJ: Sexta Turma reduz pena de mandante da morte da deputada Ceci Cunha de 103 para 92 anos....	19
<b>ARTIGOS.....</b>	<b>19</b>

## EVENTOS

- [18 e 19/05: WEBINAR DEBATE ASPECTOS DA INVESTIGAÇÃO DE AGENTES DE SEGURANÇA PÚBLICA \(MPMT e OAB/MT\)](#)



O evento é uma realização do Centro de Apoio Operacional do Júri (CAO-Júri) e Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/MT), com a participação da Secretaria de Estado de Segurança Pública, Poder Judiciário, Defensoria Pública e entidades acadêmicas.

O seminário teve início nesta terça (18/05) e continuará amanhã (19/05), a partir das 8h30, com a terceira aula, sobre “Dos tratados e convenções internacionais e a jurisprudência da corte interamericana de direitos humanos”. A aula será ministrada pela promotora de Justiça Marcelle Rodrigues Faria e terá como debatedores a juíza de Direito Ana Cristina Silva Mendes e o presidente da Associação dos Familiares Vítimas de Violência de Mato Grosso, o advogado Wantuir Luiz Pereira.



A quarta e última aula do webinar abordará “Da competência constitucional do tribunal do júri para processar e julgar crimes dolosos contra a vida e sua repercussão nas atribuições investigativas dos órgãos de Segurança Pública”. O palestrante será o promotor de Justiça Vinícius Gahyva Martins e os debatedores serão o juiz de Direito Marcos Faleiros da Silva e o presidente da Comissão Estadual de Direito Penal e Processo Penal da OAB/MT, Leonardo Luis Nunces Bernazzoli.

O webinar está sendo realizado pela plataforma Zoom e transmitido pelo canal do YouTube/ESA.

➤ [31/05: "Direito e Gênero no Contexto de Atuação em Júris de Femicídio" \(ESMP/MA\)](#)

A ESMP/MA informa que oferecerá, no dia **31 de maio de 2021**, às 14 horas, o evento "Direito e Gênero no Contexto de Atuação em Júris de Femicídio". O evento será transmitido pelo Canal do YouTube da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão. As inscrições para fins de certificação estão disponíveis no ambiente virtual da ESMP: [CLIQUE AQUI](#).

### **BANCO DE PEÇAS MPMT: REMESSA DE PEÇAS DO TRIBUNAL DO JÚRI AO CAO**

O CAO-JÚRI solicita aos Membros do Ministério Público do Estado de Mato Grosso colaboração no sentido de enviar peças processuais relativas à matéria do Tribunal do Júri, para inserção no Banco de Peças e disponibilização dos documentos para consulta por membros e servidores.

As peças selecionadas deverão ser encaminhadas via e-mail para [cao.juri@mpmt.mp.br](mailto:cao.juri@mpmt.mp.br) com o assunto: *“Documentos - inserção no Banco de Peças – Júri”*.



## O NOVO CPP

- [Direito da Vítima e Justiça Restaurativa é tema do 5º debate temático sobre a reforma do CPP](#)

Ocorreu no dia 03 de maio, pela manhã, o 5º debate temático sobre a reforma do Código de Processo Penal (CPP), PL 8045/2010. "Direito da Vítima e Justiça Restaurativa" foi o tema. Neste quinto encontro, a CONAMP foi novamente representada pelo presidente da Associação Espírito-Santense do Ministério Público (AESMP), Pedro Ivo de Sousa.

[Confira a íntegra da fala de Pedro Ivo representando a CONAMP.](#)

- [APMP e APAMAGIS: Webinar - Tribunal do Júri e o novo CPP](#)

A Associação Paulista do Ministério Público (APMP) e a Associação Paulista dos Magistrados (APAMAGIS) promoveram no dia 4 de maio, o webinar "Tribunal do Júri e o novo CPP". As palestras foram conduzidas pelo Procurador de Justiça do Ministério Público de São Paulo, Edilson Mougnot Bonfim, pelo Desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo, Camilo Lellis de Almeida, e pelo Deputado Federal Capitão Augusto (PL-SP).

[CLIQUE AQUI PARA ASSISTIR.](#)

- [MPAC: "Execução Provisória no Júri: A Limitação \(In\) Constitucional da Pena em 15 anos"](#)

Assista o Webinar [AQUI](#).



➤ **[AMB envia nota técnica sobre PL que altera Tribunal do Júri](#)**

A Associação dos Magistrados Brasileiros enviou nota técnica ao Congresso Nacional sobre o PL 8.045 (Projeto do Novo CPP) no âmbito das mudanças propostas ao instituto do Tribunal do Júri. A manifestação foi enviada ao relator parcial do PL, deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS), e o relator geral, João Campos (Republicanos-GO). Clique [aqui](#) para ler a nota técnica da AMB na íntegra.

➤ **[Presidente da CONAMP participa de audiência pública virtual sobre Tribunal do Júri](#)**

Ocorreu no dia 04/05/2021 o 8º debate temático sobre a reforma do Código de Processo Penal (CPP), PL 8045/2010. “Tribunal do Júri” foi o tema.

O presidente da CONAMP, Manoel Murrieta, participou do evento. Em sua manifestação, Murrieta chamou atenção quanto à rapidez da retomada da tramitação do PL 8045/2010 após a apresentação de novo relatório em abril de 2021. Ainda considerando o contexto de pandemia, o presidente da CONAMP ressaltou a necessidade de aprofundar o debate para que o CPP seja efetivamente modernizado.

[Confira a íntegra da manifestação do presidente da CONAMP.](#)

➤ **[Associações do Ministério Público enviam estudo técnico ao relator da reforma do CPP](#)**

A CONAMP, a Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), a Associação dos Procuradores do Trabalho (ANPT), a Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (AMPDFT), e a Associação Nacional do Ministério Público Militar (ANMPM) enviaram ao relator da reforma do Código de Processo Penal (CPP), PL



8045/2010, deputado João Campos, um estudo técnico sobre o relatório preliminar apresentado no dia 13/04. [Clique aqui e confira a íntegra do estudo técnico sobre o CPP.](#)

➤ [CONAMP lança cartilha “16 fatos que você não sabe sobre o novo CPP e que aumentarão a impunidade no Brasil”](#)

Foi lançada no dia 04 de maio, a cartilha [“16 fatos que você não sabe sobre o novo CPP e que aumentarão a impunidade no Brasil”](#), de autoria da CONAMP.

O documento destaca 16 pontos de alerta do texto atual da reforma do Código de Processo Penal (CPP), PL 8045/2010. O objetivo é chamar a atenção da sociedade e dos parlamentares sobre enfraquecimento do sistema de Justiça.

➤ [MPSC: Projeto do Novo Código de Processo Penal tornará mais difícil a condenação pelo Tribunal do Júri em casos de homicídios cometidos por facções criminosas e inviabilizará investigações de forças-tarefas](#)

Entre as consequências da proposta, que mudaria o julgamento pelo Tribunal do Júri, o sigilo do voto do jurado estaria ameaçado e, com isso, seriam grandes as possibilidades de o Júri, temendo represálias e vingança, absolver um homicida ligado a facções criminosas. Além disso, a condenação teria que ocorrer por unanimidade e testemunhos coletados na investigação não seriam válidos, entre outras modificações que tornariam a condenação mais difícil e aumentariam a impunidade nos casos de crimes contra a vida praticados a mando do crime organizado. As mudanças propostas também inviabilizariam investigações por forças-tarefas, como os GAECOs. [LEIA MAIS.](#)



## DIREITOS DAS VÍTIMAS

### ➤ [Direitos das Vítimas é tema de webinar realizado pelo MPMA](#)

Publicação em 29/04/2021

O Webinar Direitos das Vítimas, promovido pela Escola Superior do Ministério Público do Maranhão (ESMP), com público-alvo formado por membros, servidores e estagiários de todos os Ministérios Públicos do país e estudantes dos cursos de Direito. A atividade virtual, que aconteceu no mês de abril, foi transmitida pelo canal da ESMP no Youtube.

[Mais informações.](#)

### ➤ [MPMS e Sejusp assinam Termo de Cooperação Técnica que visa acolher familiares de vítimas de homicídios em Campo Grande](#)

Publicação em 29/04/2021

O Termo de Cooperação Técnica visa à atuação de forma concertada na construção de um fluxo de atendimento integral aos familiares de vítimas de homicídios em Campo Grande. O termo assinado considera, entre outros pontos, que a vítima de criminalidade merece especial proteção quanto aos seus direitos, inclusive direito à reparação do dano decorrente do crime que sofreu, conforme disposto no artigo 245 da Carta Magna.

Entre os objetivos do acordo, destacam-se a troca de informações, conhecimentos e experiências entre as partes e a criação de condições e iniciativas que promovam o atendimento e proteção integral aos familiares das vítimas de homicídio.

### ➤ [Assistência a herdeiros e dependentes de vítimas de crimes: PGR reitera pedido para que lacuna legislativa seja sanada](#)

Publicação em 29/04/2021



Em parecer enviado no dia 27 de abril ao Supremo Tribunal Federal (STF), o procurador-geral da República, Augusto Aras, reiterou o pedido para que o Congresso Nacional elabore norma sobre assistência a herdeiros e dependentes de vítimas de crimes. Na manifestação, Aras pede a procedência da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) 62, ajuizada em fevereiro deste ano pela Procuradoria-Geral da República (PGR), para que seja reconhecida a omissão inconstitucional do Congresso Nacional na edição da lei a que se refere o artigo 245 da Constituição.

[Íntegra do parecer na ADO 62.](#)

➤ **[CNMP: Em Pauta debate a atuação do MP na defesa dos direitos das vítimas](#)**

A promotora de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo (MP/SP) Fabíola Moran foi convidada do programa Em Pauta, no canal oficial do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) no YouTube, para ministrar a palestra “Ministério Público, dever e perspectivas na defesa dos direitos das vítimas”. [Assista aqui.](#) (*Notícia relacionada.*)

## NOTÍCIAS – MINISTÉRIO PÚBLICO e TRIBUNAIS

➤ **[TJSP rejeita pedido para anular júri que matou esposa por asfixia](#)**

Publicação em 12/04/2021

Decisão dos jurados não se anula, exceto se proferida contra a evidência dos autos, pois tem por si a força do preceito constitucional da soberania dos veredictos do júri, que lhe assegura a imutabilidade (artigo 5º, XXXVIII, 'c', da Constituição Federal). Com base nesse entendimento, a 7ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo manteve o júri que condenou um homem por homicídio qualificado contra sua



companheira. A pena foi fixada em 16 anos e 4 meses de reclusão, em regime inicial fechado.

➤ [CNJ: Tribunal do Júri inova para seguir julgando crimes dolosos contra a vida em meio à pandemia](#)

Publicação em 26/04/2021

O primeiro ano da pandemia do novo coronavírus (Covid-19) reinventou o tribunal do júri – às vésperas de seu bicentenário -, ao modernizar uma das marcas do julgamento, que é tradicionalmente realizado de forma presencial. Impossibilitados de migrar os julgamentos de pessoas acusadas de homicídios e de tentativas de assassinato para o ambiente virtual, como ocorreu com os demais casos no Poder Judiciário durante a pandemia, tribunais e equipes da justiça criminal incorporaram o protocolo de cuidados sanitários do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e recorreram à tecnologia para ouvir réus e réas presas de dentro de penitenciárias e transmitir sessões de julgamento ao vivo pela internet. Em 15 de junho, depois de quase três meses de isolamento social, o CNJ autorizou a retomada de alguns julgamentos presenciais, considerados mais urgentes – entre eles os do tribunal do júri. A reabertura das instalações foi condicionada a uma série de medidas para evitar que os fóruns da Justiça se tornassem focos de disseminação da doença.

➤ [Ex-marido que esfaqueou a juíza Viviane do Amaral fica em silêncio em audiência no Tribunal do Júri](#)

Publicação em 29/04/2021

O engenheiro Paulo José Arronzi, que esfaqueou a ex-mulher, a juíza Viviane Vieira do Amaral, ficou calado durante o seu interrogatório, na tarde desta quarta-feira (14), no 3º Tribunal do Júri do Rio. O engenheiro matou a magistrada diante das suas três filhas, na Barra da Tijuca, na Zona Oeste do Rio, na véspera do Natal de 2020.



➤ [TJSP confirma júri que condenou homem por tentar matar genro devido a ciúmes](#)

Publicação em 29/04/2021

A 1ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo manteve júri que condenou homem por tentar matar o genro a facadas, pois sentia ciúmes do relacionamento que a vítima mantinha com sua filha. A pena foi ajustada para 9 anos de reclusão, em regime inicial fechado.

De acordo com os autos, a filha do réu namorava e morava com a vítima. No dia do crime o réu foi até a casa do genro e pediu para conversarem no lado de fora. Nesse momento, o apelante desferiu uma facada na altura do abdômen da vítima e deixou o local. A vizinha da frente prestou socorro e chamou a polícia. Quando foi abordado pela polícia, o réu afirmou que não concordava que a filha morasse junto com o genro.

➤ [TJSP confirma júri que condenou mãe de recém-nascido falecido após ser abandonado](#)

Publicação em 29/04/2021

A 15ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo manteve júri que condenou mulher por omitir-se, dolosamente, em sua obrigação legal de cuidado, proteção e vigilância do filho recém-nascido que, deixado em banheiro após o parto, veio a falecer. A pena foi fixada em 8 anos de reclusão, em regime inicial semiaberto.

De acordo com os autos, a ré ocultou a gravidez da família por medo de represálias e, no dia dos fatos, após sentir fortes cólicas, foi até o banheiro de sua casa e entrou em trabalho de parto. Ela não prestou nenhum cuidado ao recém-nascido e o deixou no local, escondido dos familiares. Passando mal devido às condições do parto, foi levada ao pronto-socorro pela mãe e o noivo e, no hospital, foi constatado que havia dado à luz há



pouco tempo. Quando contou onde estava o bebê, o SAMU foi acionado rapidamente, mas encontrou o recém-nascido sem vida, morto por insuficiência respiratória.

➤ [\*\*MPDFT obtém condenação de tatuador no Tribunal do Júri de Samambaia\*\*](#)

Publicação em 29/04/2021

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) obteve, nesta quarta-feira, 14 de abril, a condenação de Alan de Oliveira Carvalho pelo homicídio de Marlon Castro França, em Samambaia. A pena é de 16 anos e 4 meses de reclusão, em regime inicial fechado.

O Núcleo do Tribunal do Júri e Defesa da Vida sustentou acusação contra o réu pelos crimes de homicídio qualificado por motivo fútil e porte ilegal de arma de fogo. Os jurados acataram integralmente a tese do MPDFT. Com a condenação pelo Tribunal do Júri, o Ministério Público pediu a decretação da prisão, mas o pedido foi indeferido e o réu poderá recorrer em liberdade.

➤ [\*\*PM acusado de matar universitária em Cuiabá é denunciado pelo MPMT\*\*](#)

Publicação em 29/04/2021

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio do Núcleo de Defesa da Vida, denunciou o policial militar Edivaldo Júnior Rodrigues Marques de Souza por homicídio qualificado praticado contra a vítima Adriele da Silva Munis e por tentativa de homicídio contra Rubens Sales Pereira, Marco Antonio Sales Pereira e Andrey Almeida Silva. Os crimes ocorreram no dia 18 de dezembro de 2016, por volta das 4h, próximo à Praça Ipiranga, em Cuiabá. A instituição também recorreu da decisão judicial que negou o pedido de prisão preventiva efetuado contra o policial militar.

➤ [\*\*MPMS: Dupla acusada pelo homicídio qualificado de casal de indígenas é condenada em Dourados\*\*](#)

Publicação em 29/04/2021



Os envolvidos na morte do casal indígena O. F. e R. R. P., ocorrida em junho de 2019, foram condenados a penas que somam mais de 78 anos de prisão em regime fechado. Em suma, o Conselho de Sentença decidiu condenar os réus pelo cometimento do crime de homicídio contra O. F., qualificado pelo meio cruel, pelo recurso que dificultou a defesa do ofendido e para assegurar a impunidade de outro delito, bem como, em relação à vítima R. R. P., pelo cometimento do crime de homicídio, qualificado pelo meio cruel e pelo recurso que dificultou a defesa da ofendida, e pela prática do crime de estupro.

➤ [CNJ: Juízes do Tribunal do Júri correm contra o tempo e impunidade de assassinos](#)

Publicação em 29/04/2021

Quem mata outra pessoa no Brasil tem grandes chances de não pagar pelo crime que cometeu, mesmo se for indiciado pela polícia, denunciado pelo Ministério Público e levado a júri popular pelo Poder Judiciário. Levantamento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) apontou que um em cada três processos (32%) julgados pelo Tribunal do Júri – homicídios, sobretudo – entre 2015 e 2018 terminou sem veredito, após tramitar, em média, oito anos e meio. O principal motivo da impunidade é a demora para se julgar o crime. Na contramão da tendência nacional, porém, alguns juízes se destacam pela quantidade de crimes julgados no ranking de desempenho dos tribunais do júri elaborado pelo CNJ. Acesse a notícia e os dados completos [AQUI](#).

➤ [TJ-PR isenta advogados de pagamento de multa por abandono de sessão do júri](#)

Publicação em 03/05/2021

A 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Paraná afastou uma multa de 100 salários mínimos imposta a seis advogados que abandonaram uma sessão do Tribunal do Júri em fevereiro deste ano, no município de Guarapuava. O caso ocorreu no primeiro dia do julgamento de Luis Felipe Manvailier, acusado da morte da esposa Tatiane Spitzner em 2018. Ela foi encontrada morta após uma queda do quarto andar do prédio em que o



casal morava. Imagens das câmeras de segurança do elevador mostraram agressões do réu contra a esposa.

➤ [I Oficina do Tribunal do Júri é encerrada após a realização de oito palestras](#)

Publicação em 03/05/2021

No dia 30 de abril, mais de 500 membros do Ministério Público puderam acompanhar as oito palestras que compuseram a I Oficina do Tribunal do Júri. Promovido pelo Conselho Nacional do Ministério Público, por meio da Unidade Nacional de Capacitação (UNCMP), o evento reuniu promotores de Justiça que compartilharam experiências de atuação e de técnicas de investigação e ferramentas que contribuem para potencializar as habilidades dos que atuam no Tribunal do Júri.

O promotor do Júri do MP/MT, César Danilo Ribeiro de Novais, foi um dos palestrantes do evento. Ao falar do tema “A otimização da atuação do Ministério Público no Júri”, ele deu inúmeras dicas de boas práticas aos tribunais, desde o acolhimento à família da vítima até o uso de termos técnicos nas denúncias. “O Tribunal do Júri é o coração que bombeia o sangue da democracia no corpo do Judiciário. É um instrumento de defesa da vida, uma grande missão, um enorme feito para a sociedade”.

➤ [MPAC obtém decretação de prisão preventiva de acusado de homicídio e tentativa de feminicídio em Assis Brasil](#)

Publicação em 05/05/2021

O MPAC, por intermédio da Promotoria de Justiça Cumulativa de Assis Brasil, obteve, na Justiça, a decretação da prisão preventiva de Sebastião Alves Pereira, acusado pelo homicídio de Ozias Ferreira dos Santos, e por crimes contra Luciano Ferreira dos Santos e Heroína Ferreira dos Santos, cunhados e esposa do denunciado. Ao receber a denúncia, o juízo concedeu liberdade provisória ao denunciado. O MPAC, então, entrou com recurso



em sentido estrito, que foi acolhido pela Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Acre. O mandado de prisão preventiva já foi expedido e aguarda cumprimento.

➤ [\*\*TJMT mantém prisão de homem acusado de assassinar a sogra em Campo Verde\*\*](#)

Publicação em 05/05/2021

A Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Mato Grosso não acolheu os argumentos contidos no Habeas Corpus Criminal n. 1002602-32.2021.8.11.0000 e manteve prisão cautelar de um réu acusado de assassinar a sogra a facadas em Campo Verde, município a 141km a leste de Cuiabá, em 7 de fevereiro deste ano.

➤ [\*\*MPCE denuncia cinco pessoas por homicídio qualificado e organização criminosa armada, em caso de surfista e avô mortos em Fortaleza\*\*](#)

Publicação em 10/05/2021

O Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE), por meio da 165ª Promotoria de Justiça de Fortaleza, ofereceu denúncia contra cinco pessoas, pela morte de Francisco Alexandre Filho e Davi Silva Sabino, avô e neto. Ambos foram mortos mediante disparos de arma de fogo no dia 23 de abril de 2021, por volta de 1h da madrugada, no interior de um imóvel no bairro Varjota, em Fortaleza. O procedimento do MP, feito pelo promotor de Justiça André Clark Nunes Cavalcante, denuncia os acusados por homicídio qualificado e crime conexo de organização criminosa armada.

➤ [\*\*Feminicídio: Advogado "enforca" colega em Júri que condenou Manvailer\*\*](#)

Publicação em 11/05/2021

Na tarde desta segunda-feira, 10, Luis Felipe Manvailer foi condenado a 31 anos, 9 meses e 18 dias de prisão pelo homicídio qualificado da esposa, a advogada Tatiane Spitzner, em júri popular.



Antes do veredicto, no entanto, a defesa de Manvailer tentou provar a sua inocência "reconstituindo" uma das cenas no crime - o advogado chama uma colega criminalista, a chacoalha e a pega pelo pescoço, como em um enforcamento.

O julgamento na íntegra você pode conferir no canal do TJ/PR ou clicando [aqui](#).

➤ [\*\*MPPR: Júri de Guarapuava condena a 31 anos de prisão autor de feminicídio\*\*](#)

Publicação em 11/05/2021

O Tribunal do Júri de Guarapuava, no Centro Sul do estado, condenou a 31 anos, 9 meses e 18 dias de prisão o homem denunciado pelo Ministério Público do Paraná pela morte da esposa em 2018. O Conselho de Sentença acolheu as teses do MPPR e reconheceu que o réu matou a esposa mediante asfixia (causada por esganadura) e depois a jogou da sacada do apartamento onde residiam. O caso de violência doméstica ganhou repercussão nacional e resultou na edição de lei que estabeleceu a data do crime – 22 de julho – como o Dia de Combate ao Feminicídio no estado. O julgamento teve início no dia 4 de maio e o regime inicial de cumprimento da pena é o fechado.

➤ [\*\*OAB-PR vai apurar conduta de advogado que simulou esganadura de Tatiane Spitzner em colega durante júri em Guarapuava\*\*](#)

Publicação em 12/05/2021

Após a simulação de esganadura feita pelo advogado Cláudio Dalledone Junior, durante o júri de Luis Felipe Manvailer, a Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Paraná (OAB-PR) informou que vai investigar a situação. No júri, o advogado simulou a esganadura, na tentativa de convencer os jurados de que Manvailer não teria conseguido agir da forma descrita pela acusação. Segundo a OAB-PR, "o papel dos advogados não se confunde com a figura do acusado, impondo-se à advocacia a atuação consentânea à sua honra, à nobreza e à dignidade da profissão".



➤ [Tempo de Justiça: MPCE denuncia acusado de feminicídio no bairro Bela Vista em Fortaleza](#)

Publicação em 12/05/2021

O Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE) ofereceu denúncia, na noite dessa terça-feira (11/05), em face de Evaldo Dervlin Barbosa, pelo crime de feminicídio contra a vítima V. M. D. M. cometido em 2 de maio de 2021, no bairro Bela Vista, na Capital. A denúncia foi protocolada na 4ª Vara do Júri da Comarca de Fortaleza e o acusado está preso por força de decisão da Vara de Audiência de Custódia. Evaldo Dervlin Barbosa foi denunciado por feminicídio consumado qualificado por motivo fútil e por circunstância de dificuldade de defesa da vítima.

➤ [Negativa de autoria reconhecida no Júri pode retroagir para afetar demissão](#)

Publicação em 13/05/2021

As esferas cível, administrativa e penal são independentes, com exceção dos casos de absolvição no processo criminal por inexistência do fato ou negativa de autoria. O fato de essa absolvição ter ocorrido no Tribunal do Júri, onde impera a livre convicção dos jurados, não afasta essas premissas. Com esse entendimento, a 1ª Turma do Superior Tribunal de Justiça deu parcial provimento ao recurso especial ajuizado por um investigador da Polícia Civil, demitido do cargo em virtude da suposta prática do crime de homicídio qualificado, do qual foi posteriormente inocentado em julgamento no Tribunal do Júri.

➤ [TJMT nega habeas corpus a pecuarista acusado de assassinar esposa a tiros em Aripuanã](#)

Publicação em 14/05/2021

Em 26 de julho de 2020 a jovem Micaelen Santos Lima foi assassinada a tiros, na casa onde morava na zona rural de Aripuanã, município a 935km a noroeste de Cuiabá. Foram vários disparos de arma de fogo, sendo identificadas sete perfurações na região do rosto e



da cabeça, uma no tórax, três na barriga, duas no braço direito e uma na mão esquerda. O principal suspeito de ter cometido o crime é o marido dela, o pecuarista José Renato Pires de Freitas, com quem Micaelen tinha um filho - de dois anos à época – e com quem vivia em constante atrito. A prisão preventiva dele, por ter supostamente cometido o crime de feminicídio, foi decretada em 30 de julho de 2020.

➤ [MPDFT obtém condenação de acusado de atropelar a companheira no Setor Mangueiral](#)

Publicação em 14/05/2021

A Promotoria de Justiça do Tribunal do Júri de Brasília obteve a condenação de Galber de Sousa Spindola pelos crimes de tentativa de feminicídio qualificado e embriaguez ao volante, à pena de oito anos e dois meses de reclusão e seis meses de detenção, em regime inicialmente fechado. O julgamento foi realizado nesta quarta-feira, 12 de maio.

## STJ

➤ [STJ: Ministro mantém suspensa progressão de regime para condenado pela morte da jovem Eloá](#)

Publicação em 05/05/2021

O ministro Sebastião Reis Júnior, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), negou pedido de liminar em habeas corpus no qual a defesa de Lindemberg Alves Fernandes, condenado pelo assassinato da jovem Eloá Cristina Pimentel, requer a progressão do regime de cumprimento da pena.

O habeas corpus foi impetrado contra decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) que manteve a exigência de realização do Teste de Rorschach, avaliação psicológica complementar ao exame criminológico.



➤ [STJ: Sexta Turma reduz pena de mandante da morte da deputada Ceci Cunha de 103 para 92 anos](#)

Publicação em 06/05/2021

A Sexta Turma do STJ afastou a avaliação do comportamento da vítima para reduzir a condenação imposta ao ex-deputado federal Pedro Talvane Albuquerque Neto pelo assassinato da deputada Ceci Cunha e de três integrantes de sua família. Para o colegiado, o fato de o comportamento da vítima não ter contribuído para o crime não pode ser utilizado para agravar a pena – entendimento já consolidado na jurisprudência da corte. Por unanimidade, a turma julgadora também considerou desproporcional o aumento adotado pelas instâncias ordinárias na primeira fase do cálculo da pena, relativamente a três dos quatro homicídios, e reduziu o total da condenação de 103 anos e quatro meses de prisão para 92 anos, nove meses e 27 dias.

## ARTIGOS

[Homicídio Brutal](#)

[Veredictos pós-pandemia](#)

[Necropáís](#)

[O Júri no Banco dos Réus](#)

[Da recorribilidade das decisões absolutórias genéricas do Tribunal do Júri – uma análise da soberania dos veredictos](#)

[A Pena no Homicídio Premeditado](#)

*Esses e outros artigos estão disponíveis no [Portal CAO-Júri](#) > Artigos.*

**Boletim Informativo do Centro de Apoio Operacional do Júri**

Vinicius Gahyva Martins – Promotor de Justiça Coordenador